

O OLHAR NATURALISTA: ENTRE A RUPTURA E A TRADUÇÃO¹

Lilia Moritz Schwarcz

Universidade de São Paulo – Depto. de Antropologia

RESUMO: Uma crença inabalável na ciência, na objetividade e nas noções de progresso e evolução unidirecionada está no centro do pensamento do último quartel do século passado. Condiciona fortemente a produção literária brasileira da época, em um movimento crítico que pretende romper intelectual e historicamente com o escravismo e a monarquia, de um lado, e com o romantismo, de outro, dialogando com as teorias dominantes da antropologia e da biologia. Desta perspectiva, este artigo analisa a literatura realista-naturalista brasileira do período, marcada com as fortes tintas das teorias raciais deterministas.

PALAVRAS-CHAVE: Naturalismo-ciência e literatura-teorias raciais-poligenia e miscigenação-séc. XIX.

Introdução

"O destino, o futuro é
implacável e determinado"
(Adolfo Caminha, *O bom crioulo*, 1895)²

Vivíamos em finais do século XIX, definitivamente em "tempos de progresso". "*Era da sciencia*", dizia Ernest Haeckel (1884) quando defendia a aplicação do modelo darwinista para as sociedades humanas. "*Ou progredimos ou desaparecemos: isto é certeza*", afirmava Euclides da Cunha (1954: 62), mesmo diante de movimentos sociais, como o de Canudos, que pela mera resistência teimavam em contrariar modelos exteriormente determinados. Época de "*um cinematógrafo em ismos em vertiginosa rapidez, aonde se succedem philosophismo, realismo, naturalismo, decadentismo, symbolismo, impressionismo, exoterismo...*", como concluía Silvio Romero ao comentar a fecundidade do pensamento dos anos 70 do século passado (1910: 36).

O fato é que, a despeito das divergências teóricas entre as escolas – que começavam a adotar doutrinas que iam do liberalismo político e econômico às correntes de pensamento racial –, das divisões institucionais e das clivagens internas, tratava-se de um momento de clara crença no progresso e na certeza de suas determinações. Variando o "ismo" que se adotava, acreditava-se piamente que o mundo se encontrava determinado, rigidamente determinado pelas máximas científicas, evolutivas e positivas da época, e que o "amanhã seria, por princípio, melhor do que hoje" (Graham, 1973: 242). Nas faculdades de direito nacionais, nas escolas de medicina, nos museus etnográficos e mesmo nos institutos históricos, as abordagens teóricas eram muitas, assim como as conclusões sobre as vicissitudes desse país. Mas, se alguma certeza unificava as diferentes instituições de saber da época, era a crença em um progresso ocidental, numa evolução única e rigidamente estabelecida.

Em meio a esse ambiente, a antropologia e a literatura naturalista cumpriam não só o papel de "prisoneiras diletas" desses modelos cientificistas, como se transformavam em sua forma de expressão privilegiada. A primeira, por ser considerada uma "ramificação da biologia" (Stocking, 1988: 8) e, como tal, uma das mais destacadas "ciências do homem". Afastada dos modelos humanistas, a antropologia que chegava ao país tinha na craniometria seu objeto de trabalho diletante e no estudo da anatomia humana seu material privilegiado. Com relação à literatura naturalista, seus contornos também se encontravam bastante delimitados, já que personagens e enredos passavam a ser construídos a partir dos princípios ditados pelas teorias evolucionistas da época. Como dizia Silvio Romero, "*a lei que rege a literatura é a mesma que dirige a história em geral (...) O poeta e o literato devem da ciência ter as conclusões e os fins para não escreverem tolices (...) ou phantasmagorias moribundas*" (1882: 35).

Assim, para a compreensão do período, bem como da função social que o paradigma racial cumpriu aqui no Brasil, a produção naturalista revelou-se um filão interessante, principalmente em suas comunicações com a antropologia, que neste momento nascia associada à biologia – tão valorizada por suas mais recentes conquistas. Portanto, ao tomarem do evolucionismo social suas idéias gerais, esses "romances científicos", muitas vezes escandalosos na crueza das descrições, ao mesmo tempo que passavam a demolir a tradição escolástica e o que denominavam ser o "ecletismo de fundo romântico", também travavam debates com o pensamento antropológico do momento. Aproveitavam assim as aquisições da ciência da época, dando à ficção uma suposta atualidade e "modernidade" inusitadas.

Passemos agora a analisar esse filão da produção local, buscando indagar como, neste período de conformação de um saber científico nacional, a antropologia determinista e a literatura naturalista associaram-se em um projeto por vezes bastante comum.

O contexto

"Século XIX, o bronze do teu vulto, há de ser venerado, há de se impor ao culto dos posterios como impões-se a escuridão. Um relâmpago, um raio, uma explosão. Oh século do labor!"
(Martins Junior, *Século XIX*)

Silvio Romero, no início do nosso século, assim definia o movimento intelectual que se operava na década de 70: *"O decênio que vai de 1868 a 78 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual (...) Até 1868 o catholicismo reinante não tinha sofrido a menor das plagas, o mais leve abalo, a filosofia espiritualista, catholica e ecletica a mais insignificante oposição, a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque (...) a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo (...) o romantismo (...) a mais apagada desavença. Tudo tinha adormecido. De repente, de um movimento que vinha de longe, a instabilidade das coisas se mostrou (...) Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte (...) Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia, no romance e no folclore, tudo então se agitou"* (1926: XXIII/IV).

Porta-voz de uma representação comum, este trecho personifica uma percepção de época: os anos 70 do século passado – relevados os ufanismos próprios de um pensador que participou de forma intensa do período que tão bem descreveu – revelavam uma reviravolta frente à relativa estabilidade que tinha caracterizado boa parte do período conhecido no Brasil como *Segundo Império*. De fato, enquanto resultado de uma feliz combinação entre produção cafeeira e trabalho escravo, este foi um dos poucos momentos da história nacional em que estabilidade política e financeira constituíram-se em tônica central das práticas e dos discursos (Holanda, 1962; Prado, 1945; Faoro, 1977).

No entanto, com a entrada dos anos 70, todo esse panorama tenderá a se diluir em meio a novos contornos e contradições. Assim, se de um lado as pressões em prol do final da escravidão tomavam, interna e externamente, proporções até então desconhecidas, de outro, grupos sociais em boa parte advindos de camadas mais independentes do modelo agrário-exportador compunham forças políticas e sociais alternativas à antiga situação. Nos referimos aqui ao Exército e aos movimentos abolicionista e republicano, que mais do que espaços isolados de atuação acabavam representando a emergência de movimentos renovadores e contestadores do poder então estabelecido (Beiguelman, 1977; Candido, 1978; Carvalho, 1980; Prado, 1945).

As novas idéias que passavam a circular no país não ficavam portanto ilhadas ou totalmente "fora do lugar" (Schwarz, 1977: 14). Ao contrário, encontravam solo fértil em um terreno aberto e cada vez mais dividido em meio a tantos modelos e concepções, que opunham de forma cada vez mais radical trabalho livre e imigrante ao braço escravo e servil, república à monarquia, cientificismo à escolástica, isso para ficarmos apenas com os temas que eram mais aberta e cotidianamente debatidos. Redigidas de forma clara e em tom de divulgação, as máximas do evolucionismo, aplicadas então aos homens e às sociedades, passavam a constituir argumentos persuasivos, principalmente por aliarem dois conceitos – ciência e progresso –, tão valorados nesse momento. "O progresso dependeria da divulgação das observações científicas, e a inevitabilidade do progresso era defendida por fundamentados apelos à irresistível força da ciência" (Graham, 1973: 243).

Ao sabor determinista e caráter premonitório que essas novas idéias pareciam possuir, poucos conseguiam resistir. Na política, e principalmente nas fileiras do Exército, o positivismo fazia cada vez mais adeptos; na medicina, e através da *Escola Nina Rodrigues*, o darwinismo social ganhava novo espaço em pesquisas e teses defendidas; na história, o determinismo geográfico de Buckel conseguia fiéis justamente entre as cadeiras do tradicional *Instituto Historico e Geographico Brasileiro*; isso sem falar das aplicações ao direito e à crítica literária feitas pelos participantes da *Escola de Direito do Recife*, que combinavam de forma original poligenismo e evolucionismo social.

Diante de todo esse movimento intelectual, também no campo da literatura percebe-se a emergência de novas tendências, nas quais os vínculos com o contexto político e econômico mais imediato não são só claros, mas objetivamente declarados. Assim, se essa afirmação seria por demais simplificadora, se pensada em termos do movimento literário nacional entendido em seu conjunto, o mesmo não poderia ser dito do naturalismo que nasce em estreita aliança com a *Escola de Recife*. Centro irradiador de novas teorias da época, essa faculdade teve papel primordial "na divulgação do positivismo, do evolucionismo e da crítica moderna no Brasil, que se processou, senão a princípio, pelo menos mais intensamente naquele local" (Candido, 1988: 37). Nessa instituição, a adoção bastante consensual de um modelo evolucionista social de análise é decisiva para a compreensão dos diferentes autores desta escola – que dialogavam sobretudo entre si mesmos – e para explicar a introdução do gênero literário naturalista, que se encontra totalmente amarrado à moldura teórica que permeia o estabelecimento. Segundo os próprios agentes, a ficção, a prosa e a poesia seriam extensões das conclusões científicas, por oposição à "*intuição phantasia, do romancista aereo, morbido, inconsistente, hysterico*", na cruel definição de Silvio Romero (1882: 10).

É a época em que a "ciência serve de rótulo ao literato" (Paes, 1986: 9), que toma mais e mais a exterioridade do pensamento científico, como a garantir a

perfeição do resultado. Haeckel, Spencer, Darwin, Vogt, Littré, Buckle saem dos ensaios críticos e históricos e passam a conviver no interior desses romances, como a cercear a imaginação do autor. Nas mãos dessa escola, os personagens não serão mais entendidos como criações livres do escritor, mas antes como retratos pré-moldados e determinados pelas máximas evolucionistas e antropológicas da época. De forma coerente, também os enredos aparecerão condicionados pelos modelos de determinismo geográfico e racial, já que se negava o arbítrio do indivíduo ou a existência do acaso. A isso tudo acrescenta-se um pessimismo característico da época – aos moldes de Schopenhauer, que também deixava os compêndios para habitar as ficções –, e chega-se ao perfil ideal de um romance naturalista nacional.

Assim, se é no mínimo insensato tentar ver na literatura um mero reflexo do contexto imediato, o que instiga porém este ensaio é supor que, neste caso, o universo intelectual condicionou de forma radical o resultado final da produção literária em questão.

O discurso naturalista

"Todas as coisas más acontecem"
(Afranio Peixoto, *A esfinge*, 1911)

Os últimos anos do século passado mostraram-se particularmente permeáveis ao pensamento europeu da época, trazendo de lá a inspiração para as novas teses da inteligência nacional.

Ao lado de um discurso liberal dilacerado em sua versão nacional, a norma foi tomar do evolucionismo as idéias gerais, ou o arsenal necessário para o combate eminente e para uma ruptura mental com as instituições tradicionais, vinculadas seja à mão-de-obra escrava, seja à monarquia. Tratava-se de objetivos realmente grandiosos dessas novas elites que pretendiam submeter toda a cultura do país a um processo integral de crítica, adotando o modelo cientificista com seus condicionantes de meio, raça e evolução social como modelo de análise e avaliação.

Em termos da "consciência cultural, é à escola de Recife e a seus discípulos fiéis que se deve a primeira transposição desta realidade", afirma A. Bosi (1972: 183). Com efeito, seus estudiosos, não contentes com as aplicações à antropologia e à sociologia da época, passarão a se servir dos mesmos modelos para a literatura, a crítica e a poesia. Nas palavras de Alfredo Bosi, "é um complexo ideo-afetivo que vai cedendo a um processo de crítica literária dita 'realista'. Há um esforço por parte do escritor anti-romântico de acercar-se impessoalmente dos

objetos, das pessoas. É uma sede de objetividade que responde a métodos científicos cada vez mais exatos" (1972: 186).

Nesses romances, tudo é citação e, enquanto tal, prova de erudição. A ciência que informa e condiciona o enredo está também na boca dos personagens, na fala dos protagonistas. Assim, em *A carne* (1888), de Julio Ribeiro, enquanto Lenita (a heroína da história) é descrita de forma apaixonada, como "*um Herbert Spencer de saias*", Barbosa (o principal personagem masculino) dessa maneira define o casamento: "*Que é o casamento senão uma instituição sociológica evolutiva como tudo que diz respeito ao indivíduo*" (Ribeiro, 1888: 112). Os diferentes autores, por sua vez, inserem em suas obras referências literais aos grandes cientistas da época, fazendo, dessa maneira, a ponte necessária para esses romances, que se definiam como *científicos*: Raul Pompeia, por exemplo, cita o naturalista Hartt, assim como o então diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto (Pompeia, 1889: 76); Julio Ribeiro introduz em seus escritos as máximas de Darwin, Haeckel, Martius, entre outros (Ribeiro, 1888: 40, 56); assim como Horácio de Carvalho reproduz citações de Charcot e Berheim (1888: 105).

Em nome do distanciamento da subjetividade romântica, o padrão era então a aceitação dos modelos científicos evolucionistas, em seu determinismo irreversível que condicionava o drama e muitas vezes vinha até em sua substituição. Este é o caso, por exemplo, do romance *A esfinge* (1911), em que Afranio Peixoto, no final do livro, deixa literalmente de lado o enredo (qual seja, o romance entre Paulo e Lucia) e passa – através da fala do velho Lisboa – a tratar exclusivamente da "*situação brasileira*". O livro transmuta-se então de romance em ensaio, quando o autor passa a analisar, a partir de supostos evolucionistas, o contexto nacional: "*Não é o melhor clima do mundo (...) não é o mais rico país do mundo (...) A maior parte das nossas zonas possui um clima enervante que mais dispõe a ociosidade por falta de estímulo, do que ao trabalho eficaz (...) mas um dia a concorrência corrigirá essa imperfeição natural, incitando a luta (...)*" (Peixoto, 1911: 473).

Nesse caso, Afranio Peixoto abria mão da criação em nome de um tipo de objetividade que de tão presa às teorias deterministas cedia espaço a um discurso clara e estritamente antropológico: "*Benditos os portugueses que nos fizeram uma nação livre (...) O africano foi o povoador (...) Com o índio tresmalhado e bravio não se havia de contar (...) O negro, paciente e servil, foi quem derrubou as florestas, argamassou a base de nossa prosperidade. A própria sensualidade serviu para se anularem na mestiçagem. Essas sub-raças de passagem tendem a desaparecer reintegrando a raça branca (...) O cruzamento com o negro extermina-se (...) em 300 anos seremos todos brancos*" (Peixoto, 1911: 477). Fora do drama, após o desenlace, restava apenas o autor, enquanto pensador social, que investia no caráter didático de seu texto que, entre outros, ajudava a compor o coral daqueles que insistiam na solução "via branqueamento" para o país.³

O romance se tingirá de naturalista toda vez que personagens e enredos cederem lugar às "leis naturais" que lhes estreitarão os horizontes, reduzindo-os a meros objetos da ciência. Em seu movimento contrastivo ao romantismo, o autor naturalista buscará obstinadamente o típico ao invés do vago, o factual por oposição à idealização, tudo isso na tentativa de afastar o fantasma da assim chamada "tentação romântica". Assim, "enquanto o escritor romântico eleva a fealdade à altura da beleza, o naturalista julga 'interessante' o patológico, porque prova a dependência do homem em relação à fatalidade das leis naturais (...) É o avesso da tela romântica" (Bosi, 1972: 192). Os heróis e heroínas, longe das situações idílicas, conhecerão o vício; distantes da liberdade romântica, vão se deparar com o determinismo da natureza. "*A natureza pode mais que a vontade humana*", afirmava Adolfo Caminha em *O bom crioulo* (1895), quando "*realizava-se o delito carnal*" entre Aleixo e Amaro (Caminha, 1895: 30-2).

Nesse movimento, o amor de inspiração romântica cede lugar às explicações biológicas, que mais condicionam do que permitem imaginar: "*A palavra amor é um eufemismo para abrandar um pouco a verdade ferina da palavra CIO. Fisiologicamente, verdadeiramente amor e cio vem a ser uma coisa só. O único primordial do amor está, como dizem os biólogos, na afinidade eletiva de duas células diferentes (...) A natureza não se resiste e o amor é natureza*", dizia Barbosa no romance *A carne* (Ribeiro, 1888: 112).

Se o amor naturalista sucumbia diante das "verdades da biologia e da natureza", o que não dizer da definição dos sexos e em especial da mulher. Tema dileto, o personagem feminino é rapidamente transformado em "fêmea dependente", cumprindo o mesmo papel reprodutor e passivo reservado às demais espécies. Este é o caso do romance de Domingos Olímpio, *Luiza-Homem* (1903), que, mesmo quando tenta caracterizar Luiza como uma exceção – por ser "*mulher de fibra e trabalhadeira*" –, acaba revelando de forma sintética o modelo naturalista aplicado à figura feminina: "*Sentia-se incapaz de amar, carecia-lhe a fraqueza sublime, essa languidez atributiva da função da mulher no amor, essa passividade pudica, ou aviltante da fêmea submissa ao macho, forte e dominador irresistível como aprendera na intuitiva lição da natureza, essa comovente tendez da novilha ante a investidura brutal do touro nescivo sem prévios afagos sedutores, sem carícias e beijos*" (Olímpio, 1903: 56).

Próximo do modelo darwinista, que vinculava o homem aos demais animais, o "amor naturalista" aparecia representado enquanto "ato selvagem" que em nada diferia do "inevitável modelo imposto pela natureza": "*Ela apesar de toda a sua poderosa mentalidade, com toda a sua ciência, não passava, na espécie, de uma simples fêmea, e o que sentia era o desejo, era a necessidade orgânica do macho (...) Sentia-se ferida pelo agulhão da CARNE, espolhar-se nas concupiscências do cio, como uma negra boçal, como uma cabra, como um ani-*

mal qualquer (...) mais de cem vezes já a natureza se tinha assim nela se manifestado" (Ribeiro, 1888: 30).

Reproduzia-se assim, com requintes de mau gosto, tão próprios do gênero em questão, algumas das máximas e dos preconceitos da época: a representação da "negra boçal", como fazendo parte de um reino exclusivamente instintivo, sensual e animal; a fragilidade feminina; a superioridade e irreversibilidade das forças da natureza.

Através dos romances naturalistas, o gosto pelo patológico encontra novo espaço para sua manifestação, sendo os leitores assolados por uma série de casos escandalosos e situações extremadas: em *O mulato* de Aluizio de Azevedo (1881), ou em *A normalista* de Adolfo Caminha (1893), por oposição às situações idílicas, transparecem sociedades repletas de pequenas vilezas e corrupções. Em *O bom crioulo* (1895), e – mesmo que de forma mais amena – em *O Atheneu* (1889: 2ª edição), aparecem referências a relacionamentos homossexuais, universo este bastante estranho ao modelo de casamento monogâmico e romântico: "Ao pensar nisso o bom crioulo se transfigurava de modo incrível sentindo ferroar-lhe a carne, como a ponta de um agulhão, como espírito de urtiga brava, este desejo vemente – uma sede tantálica de gozo proibido –, que parecia queimar-lhe por dentro as víceras e os nervos (...) Como é que podia compreender o amor, o desejo de posse animal entre duas pessoas do mesmo sexo, entre dois homens?" (Caminha, 1895: 24-5).

Dominava, portanto, todo um padrão comportamental, entre prostitutas, "depravados morais" e "desviantes sexuais", que, se não era desconhecido, fora ao menos até então pouco retratado. Como um novo gênero literário, o naturalismo brasileiro impunha-se, sem abrir mão de seu estilo marcado por descrições minuciosas e muitas vezes aversivas, associando de forma característica e insistente natureza e ciência, fatalidade e determinismo: "Angela tinha cerca de 20 annos (...) Grande, carnuda, sanguínea e fogosa, era um desses exemplares excessivos de sexo que parecem conformados para esposa da multidão, protestos revolucionários contra o monopólio do Thalamo" (Pompeia, 1889: 113).

Longe do brilho e do pudor discreto do romance romântico, afastada da pacata representação de um cotidiano burguês idealizado, restava à literatura realista-naturalista a constante lembrança de uma "grande mancha" (Bosi, 1972: 187). Assim, o cinza do dia-a-dia dos homens cruzava-se com seu comportamento inevitavelmente viciado, já que cientificamente comprovado, proporcionando uma arte acima de tudo negativa e pessimista. Como dizia o pobre Sergio, que tanto sofrera enquanto aluno recluso no colégio Atheneu, "aqui suspendo a chronica das saudades. Saudades verdadeiramente? Puras recordações, saudades talvez, se ponderarmos que o tempo é a ocasião passageira dos factos, mas sobretudo o funeral para sempre das horas" (Pompeia, 1889: 274).

O chromo: um "estudo de temperamentos"

"Hoje troco a mais bela página de sciencia por
uma palavra tua"

(Carta de amor endereçada a Teixeira por
Esther em *O chromo* [1888: 349])

Se o conjunto dos romances naturalistas já em sua estrutura revela uma grande conexão entre o projeto literário e as máximas antropológicas da época, em *O chromo: estudo de temperamentos* (1888), de Horacio de Carvalho, tal caracterização encontra-se particularmente presente. O próprio subtítulo – *estudo de temperamentos* – indica uma intenção diversa, a pressuposição de que o livro não se resume ao romance, mas é antes um ensaio não científico. De fato, *O chromo* personifica um exemplo extremado desta modalidade de romance – um verdadeiro mini-tratado de fisiologia –, com notas de rodapé, desenhos com figuras cosmogônicas e personagens cujo comportamento encontra-se exclusivamente determinado pelas máximas de uma antropologia darwinista social e poligenista, dominante ao menos nos meios acadêmicos de Recife.

* * *

A despeito de certa lentidão narrativa, o romance de Horacio de Carvalho possui um enredo original, entremeado de definições e conceitos científicos.

A história se passa em São Paulo, tendo como herói dr. Teixeira, um médico especialista em doenças nervosas. Esther, moça de "educação positiva", uma verdadeira raridade entre as moças de então, é "dominada pelas solicitações da carne", e eis que se configura a histeria. Com a complicação do caso, o dr. Teixeira põe em prática o *hipnotismo clínico*, uma novidade terapêutica da época, conseguindo grandes resultados. Jacob, artista e amigo de Teixeira, pinta a cena de um *chromo* com um jovem em seu interior – imagem essa que se repetia de forma obsessiva nos sonhos de Esther –, e o tratamento dá resultados imediatos. "Não era essa a descoberta mais importante do fim do século", dizia Teixeira, "deste século de tremendas catastrofes e neuroses gerais" (Carvalho, 1888: 99).

Por seu turno, Esther, identificando a figura de seus sonhos com um jovem conhecido em um baile, parte para São Paulo em busca de sua platônica paixão. A viagem transforma-se então em pretexto para longas e monótonas descrições sobre São Paulo, ao mesmo tempo em que o leitor se prepara para o encontro entre a heroína e seu amado. Lá chegando, no entanto, Esther descobre que sua antiga paixão era na verdade um "perfeito canalha", o que faz com que sua atenção

volte-se para o dr. Teixeira, que, por sua vez, de há muito já havia descoberto seus sentimentos com relação a Esther.

Após idas e vindas (pois o doutor tivera neste meio tempo "*uma relação carnal*" com Tonica, que por sua vez era amante de Jacob, o pintor), Teixeira vai a São Paulo, quando ficam noivos, e ocorre um encontro sinistro. Neste, o médico hipnotiza o personagem principal e escreve vários recados em seu corpo, sem no entanto violentá-la. Tudo isso em uma demonstração de que "*a vontade pode vencer as tendências animais do homem*" (Carvalho, 1888: 191).

Esther quando acorda "*imagina o pior*", engano que para sua "*felicidade*" logo se desfaz, já que, afinal, nada acontecera. Ocorre então o casamento entre esses "*dois seres superiores*", que pela inteligência e pela negação de sua condição animal "*aperfeiçoaram a raça, e guardaram para ela a adjetivação da racionalidade humana*" (Carvalho, 1888: 211).

* * *

Se o livro guarda as características comuns dos romances naturalistas da época nas descrições minuciosas e escandalosas, na comparação da relação sexual humana com o ato carnal animal, ou em seu apego ao ideário científico determinista, é possível também dizer que temos aí um caso extremado, em que o modelo supera o projeto.

Teixeira e Esther são personagens de seu tempo, determinados pelos limites a eles impostos. Esther é moça culta e educada, mas não escapa à histeria que segundo o autor – fiel às lições de Charcot, que aparecem textualmente citadas bem no meio do enredo – assola todas as mulheres. Desse destino nem Esther – definida por Teixeira como "*um cérebro de homem sobre um systema nervoso de mulher*" (124) – escapa. "*A mulher*", afirma o doutor, "*mesmo culta é sempre uma histérica*" (286).

O herói, por seu lado, apesar de constantemente descrito como figura "*darwinianamente superior*" – "*viera de longe através de 1000 gerações e vigorosos seculos, anonymo em genealogia, passando de ventre a ventre na onda da evolução espermática*" (93) –, assim como Esther, também não consegue superar os vícios da carne, aqui representados na figura de Tonica: "*Elle via naquella rapariga, forte e gorducha, de suas volumosas ancas de egua, sanguinea e morena, um dos melhores produtos da Natureza para auxiliar na evolução anthropologica (...)*" (336).

Ambos, portanto, sucumbiram, seja literalmente, seja platonicamente, aos desígnios do vício e da "lascividade" próprios desse modelo em que "a natureza é

sempre a mais forte". No entanto, residem justamente neste aspecto a novidade e o interesse deste romance. Adepto da idéia da "vontade raciocinada", Horacio de Carvalho designará para seus personagens um final não só moralmente aceitável, como também mais honroso.

Usando um jargão próprio ao romance, é possível dizer "que os mais fortes, os mais adaptados venceram". Essa parece ser, inclusive, a mensagem final desse livro, cujo desenrolar deixa suposto que uma raça mais e mais depurada há de restar, fruto de "estheres e teixeiras" mais evoluídos.

Os indícios desse final apoteótico podem ser encontrados na própria correspondência trocada entre os dois personagens centrais, que "*viviam em espirito, na região da sciencia*" (356), e não abriam mão das "*lições evolutivas*", mesmo nos momentos de maior intimidade. Dessa maneira, por exemplo, Esther redigia suas juras de amor a Teixeira: "*Que ha entre nós, hoje, que possa impedir a grande lei natural da affirmação da espécie, na phrase do nosso adoravel Darwin? onde a barreira que obste o que a SELEÇÃO NATURAL da nossa linhagem se accentiu com fulgor pela união de dous corações que se idolatram?*" (354). Da mesma forma, o dr. Teixeira, também utilizando-se de um jargão evolucionista e científico, respondia aos carinhos da namorada: "*No último degrau da escala zoologica essa era a obrigação de dois seres mais intelligentes, esse macho e essa fêmea que se chamam o HOMEM e a MULHER*" (358).

Mas o autor não se esconde somente atrás do enredo. Ao contrário, coloca na boca dos personagens conclusões que, desconectadas da história, ficam isoladas em seu caráter meramente didático. Sobre o poligenismo,⁴ por exemplo, as suas opiniões favoráveis estão claramente enunciadas: "*Sabes que Deus é uma mentira! Que a unidade nos centros de criação não se comprovam! Não há uma prova, não há um facto, não há um argumento que o mantenha em pé perante a maior de suas obras – a sciencia*" (408). Mas, se o poligenismo é tema constante, as referências ao "*adorável Darwin*" (354) também aparecem em vários trechos do livro, acompanhando e fundamentando as descrições mais inesperadas, como esta referente a Teixeira: "*A sua começada calvice tinha qualquer coisa do resfriamento do planeta (...) estado de aperfeiçoamento na historia da criação dos mundos (...) um paralelo entre o cranio do doutor e a crostra terrestre. Que importa a cor morena do cearense, mesmo que ella não quase era essa cor, si a raridade do pello devia significar, assim pensava, o afastamento do macaco*" (Carvalho, 1888: 133).

Por outro lado, o monismo haeckeliano⁵ também era descrito e analisado em vários momentos do livro: "*E qualquer que fosse o assumpto tratado pelo medico a sua convicção era sempre a mesma, forte e immutavel – de uma origem única de todas as cousas; origem que não poderia deixar de existir*" (127).

Horacio de Carvalho chega inclusive a montar desenhos explicativos que corresponderiam à sua concepção monista do universo:

$U = UNIVERSO$

$A = ATOMO / C = CELULA$

$N = NERVO / P = PENSAMENTO$

$A + C + N + P = U$

$C + N = P + A = U$

$P = A + C + N = U$

$U = A + C + N + P$

 $SOMMA A + C + N + P + U = A + C + N + P + U$

OU

$A + C + N + P = U$

(Carvalho, 1888: 128)

Traduzindo em palavras, o desenho corresponderia à noção gráfica do universo que o autor, através de Teixeira, representava como sendo "*uma circunferência imensa e vertical, passando pelos vertices de um triangulo interno a começar do primeiro vertice embaixo, em que esteava o atomo, a materia inorgânica passada por transformismo ao segundo, ainda na base onde já se achava o material organizado a CELULA, o NERVO, por excelência e submetido ao terceiro vertice, em cima aonde estava o pensamento que era a ultima transformação, que era como o vapor ou como a eletricidade movendo impalpavelmente a machina do mundo...*" (128).

Assim, misturando desenhos, falas, tratados, devaneios e citações que vão de Topinard, "*grande mestre da anthropologia*" (175), a Schopenhauer e Lombroso, o que se pode dizer é que *O chromo* representa um típico exemplo de obra em que o projeto criador cede lugar ao modelo e à determinação. Nele, encontramos muito próximos do debate com a antropologia, compactuamos com os destinos dos personagens, dos quais sabemos de antemão, como se o livro fosse uma obra coletiva, antecipadamente enunciada pelas leis naturais inevitáveis e únicas para os animais, os homens, as sociedades e, por que não dizer, os romances. A obra surge antes como o produto de uma época do que como o resultado de um ato de criação original.

Em um momento em que a ciência parecia imiscuir-se nos mais diversos espaços, e deles dar conta, nada mais adequado do que um livro como este, no qual os leitores se deparavam com personagens e destinos compatíveis com suas próprias concepções. Ler um romance, neste caso, era um programa similar à análise de um ensaio ou aceitação de um discurso. Parafraseando Horacio de Car-

valho, que tanto elogiava o casal central de *O chromo*: "*Mais que um bello cruzamento, que bella união!*" (337).

Considerações finais

*"Sacrificar-se às próprias paixões ainda
admite-se; mas às paixões que não se tem!...
Oh, triste século XIX"
(Stendhal, 1979: 399)*

Segundo Roland Barthes, a verdadeira especificidade da literatura é que ela "assume muitos saberes (...) mas esse saber nunca é inteiro, nem derradeiro. A literatura não diz que sabe de alguma coisa; ou melhor, diz que sabe algo das coisas" (Barthes, 1982: 17-9). Se tal afirmação é com certeza abrangente, talvez não seja tão oportuna quando se trata de pensar a literatura naturalista, ao menos em sua versão nacional. Neste caso, é possível afirmar que o grande desafio dos autores talvez tenha sido querer provar que sabiam "de alguma coisa", mais "do que sabiam algo das coisas".

Com efeito, o romancista informado pelos modelos teóricos de seu tempo entendia seu texto como um instrumento de debate e de intervenção social imediata, fruto da ciência e não da imaginação individual. O apego às teorias era tamanho que levava o literato a cair nas armadilhas de seu próprio texto, que se tornava previsível e pouco imaginoso, na medida em que o consenso reinante era maior do que a possibilidade de criação. Com toda a sua carga teórica, o literato se comportava tal qual a figura daquele guia do filme *Kasper Hauser*, de Werner Herzog, que apesar de cego conduzia com primor uma caravana pelo deserto. Eram as teorias e pressupostos que sobressaíam em detrimento da interpretação do escritor, o modelo que se impunha ao autor tal uma camisa-de-força a aprisioná-lo, assim como a seus leitores.

De fato, essa evidente dependência do contexto e das teorias científicas fez com que muitos críticos contemporâneos considerassem o naturalismo um gênero menor, muito influenciado por disciplinas distantes. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, essa escola escondia, por detrás "de um aparente mecanicismo científico, uma verdadeira expressão de um malogro estético" (Holanda, s/d: 354), já que a obra era entendida exclusivamente como o resultado de um processo político-social, um reflexo imediato de seu momento, condicionada pela história, geografia e condições étnicas do país. A ênfase saía do texto para se concentrar na produção, "pecado máximo", afirma Antonio Candido, dessas correntes deterministas cujos exageros se explicariam pela "própria atmosfera do tempo, desse século da biologia" (Candido, 1988: 102 e 114).

No entanto, não se trata aqui de julgar um gênero literário, muito menos de buscar obstinadamente provar a submissão da arte a seu contexto explicativo e envolvente. No caso, para esses escritores que utilizavam a literatura como instrumento de batalha, como um local de "engajamento militante" (Sevcenko: 1983), parecia não restar lugar para o "*debate morno*", para o assim chamado "*delírio subjetivo romântico*". Porém, se o naturalismo enquanto gênero literário foi criticado em função de sua pouca força criadora e seu apego irrestrito aos modelos teóricos da época, são, no entanto, essas mesmas características que nos interessam aqui.

A literatura serve de palco, de espaço de divulgação e mesmo de vulgarização para teorias científicas, que, longe de serem "desterradas em nossa terra" (Holanda, 1956: 15), fazem todo sentido no contexto local. Neste momento em que era necessário redescobrir o Brasil e descobrir que nação era esta afinal, as teorias raciais produzidas no estrangeiro pareciam cumprir funções sociais, introduzir modelos explicativos necessários, principalmente quando nas mãos de grupos sociais ascendentes e crescentemente vinculados às esferas urbanas de atuação (Costa, 1967).

O sucesso dessas teorias raciais deterministas já era uma realidade na Europa, demonstrado não tanto pelo alcance de seus dados científicos, como pretendiam os darwinistas sociais, mas antes devido a sua aplicação política imediata, enquanto doutrina teórica que dava respaldo a certos modelos e práticas colonialistas de ação.

Nesses locais, mais do que informar sobre as diferenças culturais, essas doutrinas eram importantes, como afirma Hannah Arendt, na "constituição das nações". "Foram elas as primeiras, senão as únicas, a negarem o postulado sobre o qual a organização dos povos então se assentava: o princípio da igualdade e solidariedade de todos os povos, garantido em última instância pela idéia de que a humanidade era uma" (Arendt, 1973: 161). Com efeito, a despeito das diferentes correntes e escolas, pode-se dizer que o paradigma evolucionista tornava-se consensual em finais do século, assim como o conceito de raça, que se associava à noção de nação de forma cada vez mais clara.

No entanto, pensar nos termos de uma doutrina não é o mesmo que traduzi-la ou deslocá-la de forma mecânica. Particularmente no caso brasileiro, traduzir significou um esforço de reordenar e remontar, mesmo porque a realidade local era no mínimo contraditória em relação às teorias raciais importadas do estrangeiro. Assim, se de um lado elas ajudavam a justificar desigualdades sociais e hierarquias tradicionais, que neste momento – com o final da escravidão e o sucessivo advento da República – pela primeira vez começavam a ser seriamente colocadas em questão, de outro, devido a sua interpretação teórica pessimista, acabavam por inviabilizar o projeto nacional que haviam mal auxiliado a montar.

Ou seja, a teoria darwinista social carregava consigo a idéia de degeneração racial, por efeito da hibridação, o que implicava dizer que a miscigenação era profundamente "deletérea, senão fatal, ao território brasileiro" (Agassiz, 1868).

Portanto, nos encontrávamos imersos em um paradoxo: como adotar as teorias científicas americanas e sobretudo européias – que representavam em si um sinal de civilização e progresso e explicavam biologicamente a hierarquia social – sem no entanto assumir suas conclusões finais, que no limite denegriam uma nação mestiça como a nossa (Candido, 1988)? Fiéis às teorias poligenistas e degeneracionistas (que iam de Gobineau a Buckel, passando por naturalistas como Louis Agassiz, ou viajantes como J. Ingenieros), era de se supor que não haveria muita esperança para um país tropical de raças díspares e profundamente miscigenado.⁶ No entanto, era preciso passar pelo pessimismo da via degeneracionista européia, sem de fato assimilá-la.

É na brecha dessa aparente contradição que residirá a saída original dos pensadores nacionais e em especial dos acadêmicos da *Escola de Recife*. Usando as máximas da antropologia – que nesta época mais debatia temas da biologia, refletindo sobre a origem e a evolução dos seres, do que analisava as diferenças culturais entre os povos –, os acadêmicos dessa instituição encontrarão respostas inusitadas, ao acomodar conclusões poligenistas e argumentos próprios do evolucionismo social. Da primeira doutrina retirava-se o pressuposto da diferença original entre as raças, naturalizando-se desigualdades de base social. Já do segundo modelo buscava-se a idéia de que os organismos não permaneciam estacionados, mas em constante evolução. Significa dizer que se justificava a partir do darwinismo social a diferença ontológica entre os diversos grupos, mas era a partir dos modelos evolucionistas que se diagnosticava a "perfectibilidade"⁷ das raças humanas e seu constante movimento de superação. Buscavam-se assim nas doutrinas usos e decorrências originais, conformando-se explicações que associavam teorias por princípio excludentes entre si.

"*Belo casamento*" ocorrerá, neste caso, entre a antropologia e a literatura, quando caberá à última veicular e dar uma circulação mais cotidiana às máximas teóricas produzidas alhures. Assim, se o pessimismo final da maioria dos enredos (que terminavam em boa parte com mortes, escândalos, assassinatos, traições e infortúnios) revelava um pouco do mal-estar reinante, alguns romances apontavam para saídas que começavam a ser reconhecidas coletivamente.

Esse é o caso, por exemplo, do romance *A esfinge*, em que Afranio Peixoto, por meio da fala do velho Lisboa, encerra dando um voto de louvor a essa nação que aos poucos "se depurava": "*A fusão lenta das misturas mal feitas ainda, a seleção reiterada da cultura, a disciplina forçada da vida social, farão dessa massa um povo forte, são e feliz, porque as qualidades dominantes são boas*" (Peixoto, 1911: 478).

Também no conhecido romance *Canaã*, Graça Aranha utiliza-se da voz de seu personagem Milkau para fazer elogios ao modelo imigrantista e à política de branqueamento: "*Falando-lhe com a maior franqueza, a civilização dessa terra está na imigração de europeus, mas é preciso que cada um de nós traga a vontade de governar e dirigir... e no futuro remoto, a época dos mulatos passará, para voltar a idade dos novos brancos, vindos da recente invasão, aceitando como reconhecimento o patrimônio dos seus predecessores mestiços, que terão edificado alguma coisa, porque nada passa inutilmente na terra*" (Aranha, 1968: 67 e 211). Era a produção literária que, valendo-se do enredo, elogiava a miscigenação e buscava saídas para os impasses do momento.

Dessa forma, se o conteúdo das obras e sua interpretação não se esgotam apenas nessa via racial de análise, é também impossível negar a importância que esse modelo assume no interior das diferentes obras. No caso do romance de Horacio de Carvalho, a coincidência temática é tal que seu autor inclusive rompe com o pessimismo imperante. A feliz união dos dois personagens principais representa a própria seleção natural "*a auxiliar a evolução anthropologica nacional*" (Carvalho, 1888: 336). Era uma espécie de saída "evolucionista e otimista", que parecia se impor frente às demais perspectivas tão cinzentas. Assim, por meio da literatura naturalista, diagnosticavam-se as mesmas perspectivas e aplicavam-se modelos semelhantes aos encontrados pelos teóricos do período, sobretudo vinculados à *Escola de Recife*.

Nas mãos desses literatos, conceitos e teorias sociais transformavam-se em personagens individuais, máximas científicas em enredos mais ou menos escandalosos. Os pressupostos estavam todos lá – a diferença entre as raças, a fragilidade feminina, a depravação do mestiço –, adornados, porém, pelo ilusório descompromisso que só o gênero literário poderia pretender possuir. O temor da miscigenação acelerada se transmutava em esperança de branqueamento, o pessimismo das teorias antropológicas cedia lugar à certeza frente a um progresso irreversível, uma evolução racial cujas etapas encontravam-se previamente determinadas. Assim, se não era através da literatura que se criavam modelos sociais ou políticas de intervenção pública, era por meio desses romances naturalistas que se veiculavam representações que rapidamente se transformavam em consensos sociais, consumidos enquanto verdades, não de grupos específicos mas do próprio momento.

Ante o ato de "*sacrificar-se às paixões que não se tem*" era preferível fazer as idéias amoldarem-se ao lugar. Tal qual um ato de canibalismo cultural, em que se devora a presa para devolvê-la totalmente transfigurada, coube à antropologia determinista e à literatura naturalista da época lidar de maneira original com modelos de base racial. Raça era um argumento verdadeiro para uma nação que tinha na miscigenação e no espetáculo das cores e etnias uma representação bastante consensual.

Atualizando uma certa perplexidade de época, que oscilava entre um otimismo desenfreado e um pessimismo arraigado, aí estava a literatura como a naturalizar as mais profundas contradições, as mais arraigadas hierarquias sociais. Só o tempo carregava a solução, cabia ao futuro – darwinianamente demarcado – fazer nascer uma terra progredida e branca.

Diante das inseguranças do presente, nada como as respostas objetivas de uma ciência determinista. Era com um certo alívio que se seguiam as promessas de branqueamento, os prenúncios de um porvir "civilizado". Os modelos raciais significavam, nesse sentido, um certo acomodamento anunciado para o futuro, mas vivenciado no presente: "o desequilíbrio racial", bem como o conflito social pareciam resolvidos, senão na prática, ao menos no lápis e no papel. Essas conclusões não estariam tão longe do inesperado desfecho final de *O bom crioulo*, quando, logo após o assassinato violento de Aleixo por Amaro, eis que o romance termina com "*a onda de curiosos se espalhando, até cair tudo na monotonia habitual, no eterno vaivem*" (Caminha, 1895: 79).

NOTAS

(1) Antes de mais nada, gostaria de sublinhar o caráter introdutório das observações que se seguem, fruto mais da curiosidade pessoal no campo da literatura do que de uma análise acurada e minuciosa do material naturalista. Este texto integra um trabalho mais amplo que pretende, a partir de uma abordagem institucional, discutir a vigência e relevância de um paradigma racial em finais do século XIX, no Brasil. Para um maior desenvolvimento do tema, vide Schwarcz, 1992. (O ensaio em questão foi originalmente apresentado na SBPC de 1990.)

(2) Foram adotados alguns critérios específicos para citação: os documentos e termos da época aparecem entre aspas e em itálico, enquanto os comentários de críticos contemporâneos surgem apenas entre aspas. Além disso, a grafia foi respeitada com a intenção de não se alterar a organização original dos textos coletados.

(3) Referi-me aqui não só aos vários programas de eugenia que nesse contexto começam a ser implantados no país, como aos diversos teóricos – como João Batista Lacerda, do Museu Nacional – que advogavam a tese de que no futuro o Brasil seria darwinianamente branco. Para maiores informações, vide Schwarcz, 1992, e Stephan, 1991.

(4) A hipótese poligenista partia da pressuposição de que, em oposição à tese bíblica, teriam existido vários centros de criação humana, o que explicaria a existência de diferenças ontológicas entre as raças.

(5) Teoria muito em voga naquele momento, sobretudo no Brasil, o monismo de Haeckel era uma espécie de modelo de divulgação do darwinismo social. Partia, porém, da suposição, oposta ao cristianismo, de que não existiria uma anterioridade de Deus em relação à criação, e nem mesmo uma separação possível entre o advento do homem e do mundo. Sobre o tema, vide Haeckel, 1908.

(6) Um balanço sobre as teorias raciais do século XIX pode ser encontrado em Stocking, 1968; Schwarcz, 1992; e Skidmore, 1976.

(7) O conceito de *perfectibilidade* apesar de retirado da discussão humanista possui, no século XIX, um sentido diverso daquele presente na obra de Rousseau. Enquanto para Rousseau o conceito indicava uma propriedade especificamente humana – cujo arbítrio frente à natureza poderia levar ao

vício ou à virtude –, já na literatura do século XIX "perfeição" aparece como sinônimo de evolução, indicando a existência de um mesmo caminho e direção para toda a humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- AGASSIZ, Louis J. R. *A journey in Brazil*. Boston, s/e, 1868.
- ARANHA, Graça. *Canaã*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968.
- ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York, Harvest Books, 1973.
- AZEVEDO, Aluizio de. *O mulato*. Rio de Janeiro, s/e, 1881.
- _____. *O cortiço*. Rio de Janeiro, s/e, 1890.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Lisboa, Ed. Setenta, 1982.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo, Pioneira, 1977.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2ª ed., São Paulo, Cultrix, 1972.
- CAMINHA, Adolfo. *O bom crioulo*. Rio de Janeiro, 1895.
- _____. *A normalista*. Rio de Janeiro, s/e, 1893.
- CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo, EDUSP, 1978.
- CARVALHO, Horacio de. *O chromo (estudo de temperamentos)*. Rio de Janeiro, Typographia de Carlos Gaspar da Silva, 1888.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo, Cultrix, 1954.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 4ª ed., Porto Alegre, Globo, 1977.
- GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- HAECKEL, Ernest. *Histoire de la création des êtres organisés d'après les lois naturelles*. Paris, C. Reuwald, Librairie-Editeur, 1884.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O Brasil monárquico". In *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1962.
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, 1956.
- OLÍMPIO, Domingos. *Luiza-Homem*. São Paulo, Ática, 1983 (3ª ed.), 1903.
- PAES, José Paulo. *Augusto dos Anjos. Os melhores poemas*. São Paulo, Global, 1986.
- PEIXOTO, Afranio. *A esfinge*. Rio de Janeiro, Alves & C. Editores, 1911.
- POMPEIA, Raul. *O Atheneu (chronica da saudade)*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1889.
- PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945.

- RIBEIRO, Julio. *A carne*. Rio de Janeiro, 1888.
- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas*. Salvador, Progresso, 1957.
- ROMERO, Silvio. *O naturalismo em literatura*. São Paulo, Edição da Lucta, 1882.
- _____. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora (4ª ed., 1949), 1888.
- _____. *Quadro synthetico dos gêneros na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria Chardron de Lelo & Irmãos, 1911.
- _____. *Provocações e debates*. Rio de Janeiro, Livraria Chardron de Lelo & Irmãos, 1910.
- _____. *O evolucionismo e o positivismo no Brasil: doutrina contra doutrina*. Rio de Janeiro, Livraria de Alves & C., 1895.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Homens de ciencia e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais de finais do século XIX*. São Paulo, tese de doutorado, USP, 1992.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- STENDHAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- STEPHAN, Nancy. *The hour of eugenics. Race, gender, and nation in Latin America*. Ithaca, Cornell University Press, 1991.
- STOCKING, George. *Race, culture and evolution. Essays in the history of anthropology*. Chicago, Chicago University Press, 1968.
- _____. *Bones, bodies, behavior: essays on biological anthropology*. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1988, vol. 5.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

ABSTRACT: Beliefs in science, objectivity, progress and unidirected evolution are central notions of the 19th century thinking. They are strongly influence the Brazilian literary works of that period. These works, based on prevailing anthropology and biology theories, were critical of slavery, the monarchy state and the Romanticism tendency. The article analyses the realistic-naturalistic Brazilian literature of the period which presents strong traces of determinism racial theories.

KEY-WORDS: Science-naturalism and literature-racial theories-19th Century-poligeny and miseigeneration.

Recebido para publicação em 4 de maio de 1992.